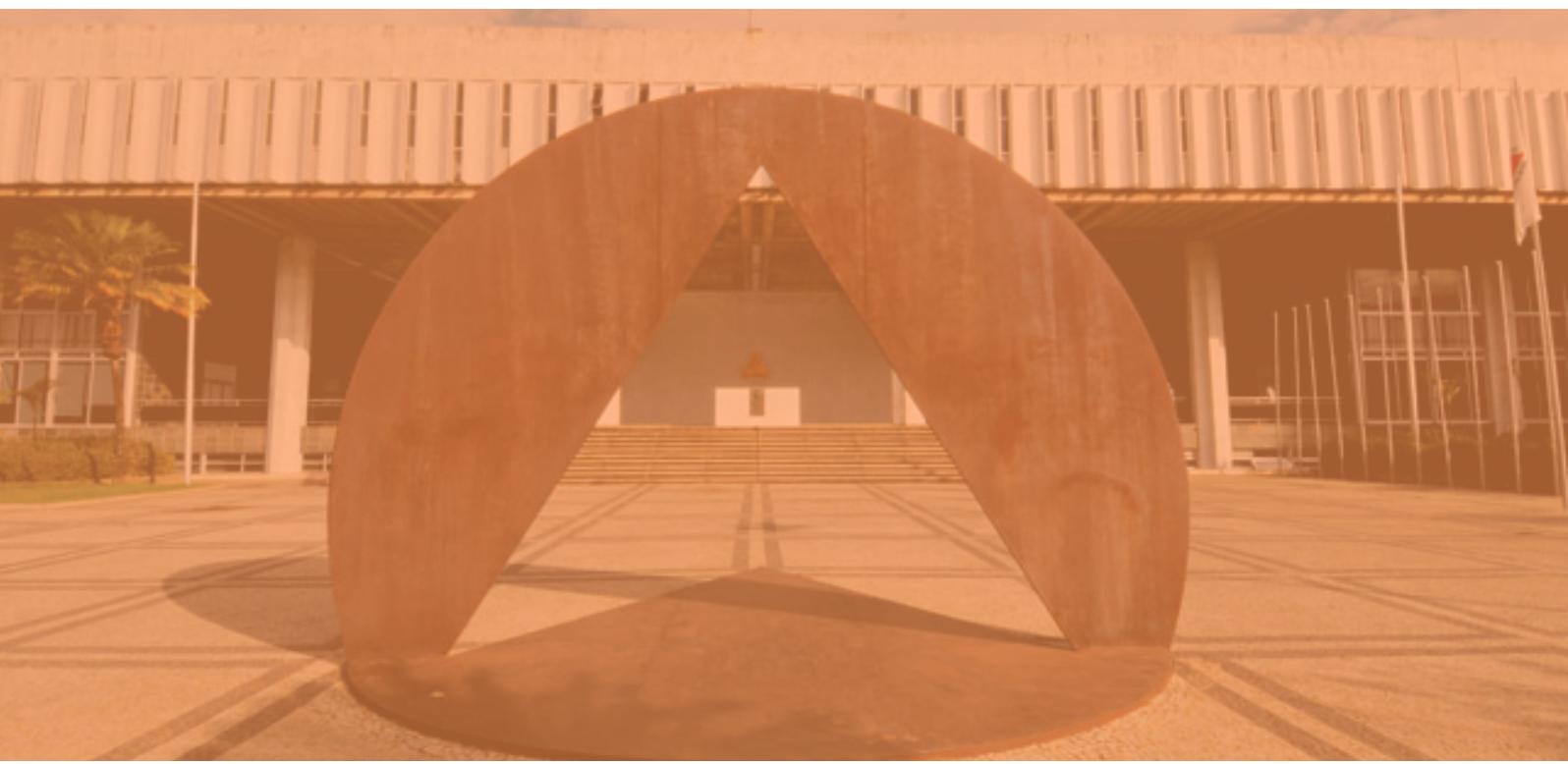


# Relatório de Reunião

---

Prestação de informações sobre a gestão da **Secretaria de Estado de Fazenda — SEF**

— 28/6/2022 —





## Relatório de Reunião

---

*Relatório da reunião de prestação de informações sobre a gestão da **Secretaria de Estado de Fazenda** — SEF — entre 1º de janeiro e 31 de maio de 2022, no âmbito do primeiro ciclo do **Assembleia Fiscaliza 2022***

Reunião conjunta das Comissões:

- Defesa do Consumidor e do Contribuinte
- Desenvolvimento Econômico
- Fiscalização Financeira e Orçamentária
- Extraordinária das Privatizações
- Presidente da reunião: deputado Bartô

Data: 28/6/2022

Horário: 9 horas

Local: Auditório José Alencar — Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Endereço:

Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho

Belo Horizonte/MG

CEP: 30190-921



## I – Apresentação

Em 28/6/2022, as Comissões de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, de Desenvolvimento Econômico, de Fiscalização Financeira e Orçamentária e Extraordinária das Privatizações receberam Gustavo de Oliveira Barbosa, Secretário Estadual de Fazenda, que prestou informações sobre a gestão de sua área de competência relativamente ao ano de 2022, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio.

**Acesse o vídeo da íntegra da reunião:** clique [aqui](#), ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza no endereço: [almg.gov.br](http://almg.gov.br) >> Acompanhe >> Eventos >> Assembleia Fiscaliza.

## II – Presenças

**Comissões de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:** deputado Bartô (presidente); deputado Mauro Tramonte (substituindo o deputado Douglas Melo).

**Comissão de Desenvolvimento Econômico:** deputado Dalmo Ribeiro Silva (vice-presidente).

**Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária:** deputada Laura Serrano; deputado Zé Reis

**Comissão Extraordinária das Privatizações:** deputada Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado Betão), deputada Laura Serrano (substituindo o deputado Guilherme da Cunha).

**Outras presenças:** deputado André Quintão; deputado Roberto Andrade.

**Poder Executivo:** Gustavo de Oliveira Barbosa – secretário de Estado de Fazenda.

## III – Temas discutidos

Nesta edição do Assembleia Fiscaliza, os principais temas discutidos durante a reunião foram os seguintes:

- **Resultados fiscais do Estado**

**Pontos focais:** Superávit de R\$130 milhões apurado no exercício de 2021; busca pelo equilíbrio das contas públicas; melhoria do resultado primário; equacionamento de passivos, nos últimos três anos e meio, em montante superior a R\$13 bilhões; melhoria da receita corrente líquida e do percentual da despesa total com pessoal sobre essa receita, para fins dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (de 66,65% em 2018 para 47,96% no primeiro quadrimestre de 2022); resultados parciais dos mínimos constitucionais da saúde (6,50%) e da educação (23,13%), referentes ao segundo bimestre de 2022; aumento do estoque de restos a pagar entre 2018 (R\$27,1 bilhões) e

o segundo bimestre de 2022 (R\$49,9 bilhões), em especial pela acumulação dos valores referentes ao serviço da dívida, cujo pagamento está suspenso; aumento sistemático do estoque da dívida pública no mesmo período, também em razão da suspensão do pagamento decorrente de liminares (de R\$106,5 bilhões em 2018 para R\$132,4 bilhões no primeiro quadrimestre de 2022); redução no percentual da dívida consolidada líquida sobre a receita corrente líquida, em razão do aumento desta (de 189,03% em 2018 para 153,26% no primeiro quadrimestre de 2022); redução do déficit atuarial em montante superior a R\$100 bilhões, em decorrência da reforma da previdência; migração de 715 servidores para o regime de previdência complementar, com elevação do patrimônio do fundo correspondente de R\$8,67 milhões, em maio de 2019, para R\$78,2 milhões, em maio de 2022; aumento da receita tributária em 15,5% de janeiro a maio de 2022, no comparativo com o mesmo período do exercício anterior.

- **Dívida com a União e Regime de Recuperação Fiscal – RRF**

**Pontos focais:** Debate sobre a necessidade de adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal e/ou renegociação da dívida com a União, nos termos do art. 23 da Lei Complementar nº 178/2021; estimativa de que, na hipótese de adesão apenas ao art. 23, os encargos a serem pagos pelo Estado serão, em 2022 e 2023, superiores em aproximadamente R\$12 bilhões, no comparativo com o cenário no qual essa adesão seja conjugada com o RRF; necessidade de o Estado abdicar das ações judiciais que questionam a dívida com a União, em caso de renegociação com base no art. 23; necessidade de alienação da Codemig com vistas à garantia do equilíbrio econômico-financeiro do RRF; Projeto de Lei nº 1.202/2019, que autoriza o Estado, por meio do Poder Executivo, a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal e dá outras providências.

- **Lei Complementar Federal nº 194/2022 – Impacto sobre a arrecadação do ICMS**

**Pontos focais:** Questionamento sobre o impacto esperado sobre a arrecadação do ICMS em decorrência da aprovação da Lei Complementar nº 194/2022, que limita as alíquotas aplicáveis aos combustíveis, ao gás natural, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo; estimativa de tal impacto em aproximadamente R\$12 bilhões ao ano; impossibilidade de o Estado absorver de imediato uma redução tão drástica na arrecadação; preocupação com esse cenário e realização de estudos para determinar a melhor forma de lidar com ele; críticas ao governo federal pela forma como a nova regra foi aprovada e pela ausência de compensação aos estados e municípios; necessidade de mobilização do governo do Estado no tocante às discussões com a União sobre compensação financeira das perdas na arrecadação do ICMS decorrentes da referida lei complementar.

- **Processos referentes ao Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD**

**Pontos focais:** Relato de reclamações de contribuintes no tocante a atrasos em processos de competência da SEF para cobrança do ITCD; resposta no sentido de que o órgão reconhece que o serviço apresenta problemas, razão pela qual foi criado grupo de trabalho visando reduzir o passivo de processos referentes a esse imposto, já tendo ocorrido, até aquele momento, diminuição de 50% no volume de processos atrasados.

- **Renúncias fiscais do ICMS e atração de investimentos para o Estado**

**Pontos focais:** Apresentação de dados sobre renúncias fiscais do ICMS (12,9% da receita bruta do imposto em Minas Gerais, contra média nacional de 18,2%); desnecessidade de redução dessas renúncias para adesão do Estado ao RRF, tendo em vista sua regularidade perante a Lei Complementar nº 160/2017; realização, entre 2019 e maio de 2022, de 1.859 reuniões no âmbito da política de atração de investimentos.

- **Retomada do atendimento presencial nas administrações fazendárias**

**Pontos focais:** Questionamento sobre a possibilidade de retomada dos atendimentos presenciais nas administrações fazendárias, tendo em vista reclamações de contribuintes quanto a isso; resposta no sentido de que é necessário se especificar em quais unidades a demanda se concentra, tendo em vista as limitações do quadro de pessoal da SEF, que se pretende reforçar a partir da realização de concurso público para Auditor-Fiscal; a SEF se propôs a buscar soluções para a questão.

- **Realização de concursos públicos**

**Pontos focais:** Questionamento quanto ao motivo de o Estado ter priorizado a realização do concurso público para Auditor-Fiscal em detrimento de outros – como, por exemplo, para a área da educação, na qual há milhares de contratações temporárias; resposta no sentido de que não é realizado concurso para o cargo desde 2005, de modo que o certame é necessário para a manutenção da arrecadação estadual, bem como que esse processo tem todo o amparo legal e está fundamentado em pareceres da Advocacia-Geral do Estado – AGE.

- **Informações referentes ao caixa do Estado**

**Pontos focais:** Questionamento sobre o saldo disponível no caixa único, respondido no sentido de que a divulgação de tal informação é passível de prejudicar o Estado, razão pela qual ela é considerada de caráter sigiloso; pergunta sobre o valor do saldo disponível referente ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb – e sua utilização, respondida na linha de que a

aplicação desse recurso pelo Estado é feita de acordo com a lei. Quanto ao saldo em si, não houve resposta.

- **Alienação de laboratório-fábrica pertencente à Codemig**

**Pontos focais:** Questionamento sobre edital publicado para alienação de laboratório-fábrica de ímãs de terras raras, pertencente à Codemig e no qual já foram investidos mais de R\$130 milhões; resposta no sentido de que o mais adequado seria direcionar a questão à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede –, à qual a Codemig é vinculada; compromisso de endereçar a demanda à Sede.

#### IV – Compromissos e encaminhamentos

<b>COMPROMISSOS</b>	<p><b>Compromissos/Posicionamento do secretário:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Buscar soluções para as demandas pela retomada dos atendimentos presenciais em administrações fazendárias do Estado.</li><li>• Levar à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – o questionamento referente à alienação do laboratório-fábrica de ímãs de terras raras, pertencente à Codemig.</li><li>• Aperfeiçoar o tratamento dos processos referentes ao ITCD, com vistas à redução dos atrasos e à melhoria no atendimento ao contribuinte.</li></ul>
<b>ENCAMINHAMENTOS</b>	<p>Não houve aprovação de requerimentos na reunião.</p>

Belo Horizonte, 4 de julho de 2022.

**Deputado Bartô**

Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte